

O (EX)TRABALHADOR RURAL DO CORTE DA CANA COMO USUÁRIO DA POLÍTICA SOCIAL: O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO DESEMPREGO NO CAMPO

Raquel Santos Sant'Ana¹
Fernanda Dalavale Tozatto²
Jennyara Carolina de Campos³

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho discute as condições de vida e trabalho dos assalariados rurais da região de Franca e Ribeirão Preto - SP e sua relação com a política de assistência social e o faz a partir de pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa Teoria Social de Marx e Serviço Social, na linha de pesquisa sobre questão agrária.

Ainda que com diferentes focos e metodologias, esses estudos revelam a relação entre precarização do trabalho e adoecimento e, ao mesmo tempo evidenciam a complementação do Estado para a reprodução desses trabalhadores pela via das políticas assistenciais.

O primeiro estudo que serve de referência aos dados apresentados a seguir foi realizado no período de 2007 a 2010 e teve como tema: “As condições de vida e trabalho dos assalariados rurais nos municípios de pequeno porte da região de Ribeirão Preto e Franca, SP.”

Fizeram parte do universo desse estudo 15 municípios de até 20 mil habitantes de seis regiões administrativas de Governo do estado de São Paulo. Foram entrevistados um ou dois trabalhadores de cada município num total de 26 trabalhadores e 15 assistentes sociais de 14 municípios. Procurou-se entrevistar um trabalhador e um ex trabalhador, ambos com mais de 35 anos e residentes no município. Os sujeitos não eram necessariamente naturais daqueles municípios, mas eram considerados do lugar quando já haviam fechado o ciclo da migração, não tendo mais desejo de retorno definitivo a terra natal.

O segundo estudo realizado ocorreu entre os anos de 2010 a 2013 e intitulava-se: “Trabalho e política pública: a participação dos trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro na política de seguridade social”. A pesquisa foi realizada em 10 municípios das regiões de Franca e Ribeirão Preto. A proposta era quantificar a presença dos trabalhadores rurais na política municipal de assistência social em municípios de pequeno porte, pois na pesquisa anterior as 15 assistentes sociais entrevistadas afirmavam que esse segmento compunha 70% dos usuários da assistência social, porém esse era um dado de percepção, sem a necessária quantificação. Elegemos para essa quantificação o Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) pois ele traz um conjunto de informações referentes a vida e trabalho da população cadastrada. No entanto, as dificuldades da coleta no Cadastro Único do Governo Federal fizeram com que houvesse diversificação dos instrumentos a serem analisados. Procedeu-se com a coleta de dados em três programas, dois de âmbito municipal e um federal: o Programa Saúde da Família⁴, o Programa de Acolhimento Social e Cadastro Único do

¹ Professora doutora e livre-docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca/SP, campus da Unesp, São Paulo, membro do grupo de estudos e pesquisa *Teoria Social de Marx e Serviço Social*.

² Assistente Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca.

³ Assistente Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca.

⁴ Embora este programa seja da área da saúde, as informações coletadas eram voltadas para a caracterização da presença do trabalhador rural na política pública e foram tabuladas com os dados da área da assistência social.

Governo Federal⁵. Foram analisados 1.562 instrumentos e realizadas as entrevistas individuais com técnicos e sindicalistas. Além das entrevistas individuais, foram visitados dois equipamentos de dois municípios (um da região de Ribeirão Preto e outro de Franca) para abordagem dos usuários do Bolsa Família com intuito de cruzar as informações com os dados quantitativos; a equipe conversou com 26 trabalhadores que estavam realizando alguma ação referente ao Bolsa Família.

O último estudo realizado teve como título “Monocultivo e assalariamento rural na região nordeste do estado de São Paulo: a reprodução programada da desigualdade extrema”.

No universo estudado, a canavicultura é a principal atividade agrícola e ocupa a quase totalidade da área rural da maior parte dos municípios. Os trabalhadores rurais quando adoecem ou atingem 40 anos eram descartados para o trabalho na cana de açúcar. Nos últimos cinco anos, ocorreu a substituição de grande parte dessa força de trabalho, por máquinas. A ideia deste último estudo foi estudar outras fontes de trabalho que restavam a esses trabalhadores. A proposta era estudar as três culturas (milho, café e citricultura) que empregam trabalhadores assalariados das regiões administrativas de Franca e Central, mas na realidade conseguimos, até a presente data, levantar dados sobre os trabalhadores do milho – que é colhido manualmente pois é para ser vendido como semente – e, da cultura cítrica (a pesquisa sobre o café ainda não foi realizada). Para tanto, elegemos um município da região central (Itápolis), onde a cultura cítrica é a principal atividade agrícola, e o município de Ipuã, onde os trabalhadores são contratados para as atividades vinculadas a empresa Monsanto.

Na pesquisa realizada com os assalariados do milho foram realizadas oito entrevistas, sendo cinco com trabalhadores e trabalhadoras que permaneciam empregados e, duas com ex trabalhadoras. Além disso, também foi entrevistado o representante da Monsanto, que é a empresa que atua na área.

Na investigação realizada em Itápolis, foram entrevistados dois trabalhadores, uma ex trabalhadora, um empreiteiro e um representante sindical. O intuito da pesquisa era entrevistar os representantes da Cutrale, Citrosuco e Branco Peres que possuem filiais no município, mas nenhuma das empresas se dispuseram a receber os pesquisadores.

2- O trabalhador rural nas atividades do agronegócio: exploração, precarização e adoecimento.

2.1- O trabalho na canavicultura

A ênfase nas atividades do agronegócio canavieiro na região nordeste do estado de São Paulo faz dessa região um “deserto verde”, onde grandes vastidões de terra são ocupadas pela cana de açúcar. Apenas os pequenos intervalos de mata, cada vez mais encurtados e restritos quebram a monotonia de uma paisagem sempre igual. Nos municípios do entorno de Ribeirão Preto, a cana de açúcar ocupa 70% da zona rural. Situação semelhante ocorre na região de Franca. A título de ilustração trazemos os dados da tabela a seguir para evidenciar o incremento do plantio de cana nessa região.

⁵Esta diversidade de instrumento foi necessária devido a três elementos fundamentais: a autorização de acesso, o tipo de instrumento encontrado e a qualidade das informações disponíveis. Na busca por informações mais completas, foram utilizados os dados do Cadastro Único quando este possuía alguns documentos que pudessem completar as informações, sempre bastante restritas no item sobre ocupação; as fichas do Programa Saúde da Família foram utilizadas quando o município não abriu seus fichários na área da assistência social ou quando este não tinha um instrumental diferente do CADÚnico.

Tabela 1: Expansão da cana de açúcar no período de 2004 a 2012 na região de Franca,SP.

Município	População em 2010	Área total (km)	Área plantada com cana de açúcar 2004	Área plantada com cana de açúcar 2004	Área plantada com cana de açúcar 2012	Área plantada com cana de açúcar 2012
Aramina	5.152	202,887	100,00	49%	110,00	54%
Batatais	56.476	849,526	310,00	36%	452,00	53%
Buritizal	4.053	266,42	100,00	38%	107,28	40%
Cristais Paulista	7.588	385,23	0,00	0%	19,00	5%
Franca	318.640	605,681	10,00	2%	21,00	3%
Guará	19.858	362,482	182,20	50%	230,00	63%
Igarapava	27.952	468,246	180,00	38%	270,00	58%
Ipuã	14.148	465,884	275,00	59%	280,00	60%
Itirapuã	5.914	161,118	0,00	0%	1,60	1%
Ituverava	38.695	705,236	200,45	28%	470,00	67%
Jeriquara	3.160	141,971	24,00	17%	49,50	35%
Miguelópolis	20.451	821,96	160,00	19%	410,00	50%
Morro Agudo	29.116	1.388,20	900,00	65%	969,01	70%
Nuporanga	6.817	348,265	184,00	53%	228,82	66%
Orlândia	39.781	291,774	180,00	62%	178,00	61%
Patrocínio Paulista	13.000	602,848	64,00	11%	138,00	23%
Pedregulho	15.700	712,604	29,00	4%	46,00	6%
Restinga	6.587	245,746	120,00	49%	140,00	57%
Ribeirão Corrente	4.273	148,332	8,00	5%	25,00	17%
Rifaina	3.436	162,508	2,25	1%	26,00	16%
Sales Oliveira	10.568	305,664	200,00	65%	216,30	71%
São Joaquim da Barra	46.512	410,597	250,00	61%	250,24	61%
São José da Bela Vista	8.406	276,952	110,00	40%	183,00	66%

Fonte: IBGE, elaboração nossa.

O quadro acima mostra que em mais de metade dos municípios (14) dessa região o aumento do plantio da cana de açúcar ultrapasse a 50% e , em 8 deles a cultura ocupa de 49 % a 61 % da área rural. (e esses dados ainda se encontram defasados, segundo nossa percepção e nossa experiência sobre a atualização dos cálculos feito pelas Casa da Agricultura. Soma-se a isso o fato do último censo agropecuário ter sido realizado em 2006.

Na região de Ribeirão Preto a área ocupada com cana ultrapassa a 70% da base territorial de diversos municípios. É uma região que possui larga tradição de produção vinculada a agroindústria canavieira e é considerada um setor de ponta desse ramo de atividade, o qual incorpora modernas técnicas de plantio, colheita e produção de álcool e açúcar. Os defensores do agronegócio canavieiro da região assim se reportam à atividade:

A produção e o uso do etanol no Brasil são hoje o melhor exemplo (no mundo) da introdução de energia renovável com uma grande escala de

produção. Partindo da produção estabelecida de açúcar, um processo completo de integração das produções foi obtido nas usinas: com grande flexibilidade nas unidades anexas (e com operação de autônomas, por algum tempo), as perdas de processo foram reduzidas e houve melhoria na qualidade do açúcar. Esse processo exigiu extenso desenvolvimento tecnológico (geração, importação, adaptação e transferência de tecnologias) na produção (agrícola e industrial), na logística e nos usos finais, nos últimos trinta anos. Também foi importante uma legislação específica, subsídios iniciais e permanente negociação entre os principais setores envolvidos: os produtores de etanol, os fabricantes de veículos, os setores reguladores governamentais e a indústria do petróleo, em um denso processo de aprendizagem (MACEDO, 2007).

A modernidade reclamada, no entanto, não é passível de ser comprovada quando se observa as relações de trabalho no setor, ou as condições ambientais, estas comprovadas a olhos nus quando a área rural é percorrida. Além da paisagem uniforme, de matas sem corredores de acesso, a larga utilização de agrotóxicos provocam danos a saúde dos rios, dos animais e das pessoas.

Sobre as condições de trabalho, diversos estudos trouxeram o arcaísmo das relações estabelecidas: os trabalhadores vinculados ao corte da cana trabalhavam até a exaustão e o adoecimento. Um grande contingente de migrantes que vinham para essa atividade e outros residentes nesses municípios de pequeno porte, realizavam uma jornada de trabalho, que ainda que normatizada pela NR-31⁶, era extremamente exaustiva haja vista as metas de produção estabelecidas pelas usinas. Isso fazia com que o trabalho no corte da cana fosse mais intenso, pois os trabalhadores precisavam produzir mais num tempo menor.

Alves (2008) discutiu como o pagamento por produção no corte da cana fazia com que os trabalhadores fossem submetidos a jornadas desgastantes.

O pagamento por produção na cana diferencia-se de outras formas de pagamento por produção porque na cana os trabalhadores não sabem, a priori, o valor do que produzem. Na maior parte dos pagamentos por produção, os trabalhadores trabalham por 'peça' produzida, e estas têm o seu valor fixado antes da realização do trabalho. O valor da cana cortada só é conhecido pelos trabalhadores depois que o trabalho é realizado, e ainda depende de uma conversão de valores que é realizada à revelia dos trabalhadores. Na cana, os trabalhadores são remunerados por metro de cana cortada, mas só está previamente fixado o valor da tonelada de cana cortada[...] A incerteza sobre o futuro imediato e sobre quanto receberão pelo trabalho executado faz que os trabalhadores, na ânsia de ganhar um pouco mais, ultrapassem seus limites físicos de resistência, o que leva a câimbras, a doenças e à morte (ALVES, 2008, p.2).

A ênfase dos estudos era sempre da exploração do trabalho daqueles que eram migrantes. Na pesquisa que realizamos junto aos trabalhadores residentes⁷ constatamos as mesmas condições de precariedade e adoecimento. Dentre os 26 trabalhadores entrevistados, apenas seis não apresentavam sequelas físicas ou não estavam doentes. Ainda assim, dentre os seis, três já haviam sofrido algum acidente de trabalho (SANT'ANA, 2012). As considerações finais desse estudo evidenciam a gravidade da realidade vivenciada pelos trabalhadores.

⁶ A Norma Regulamentadora 31 (NR-31) tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho.

⁷ Foram considerados trabalhadores residentes aqueles que eram naturais do município e os que ainda que naturais de outros municípios residiam há mais de 5 anos naquele local e já haviam fechado o ciclo da migração não tendo mais projeto de retorno ao local de origem.

Na agroindústria canavieira as relações de trabalho ganham contornos tão cruéis que a discussão não envolve apenas direitos trabalhistas, inclui os direitos humanos. O aumento da intensidade do trabalho e as metas a serem atingidas em busca não apenas de uma melhor remuneração, mas da manutenção do trabalho fazem com que o trabalhador tenha sua dignidade solapada.

Adoecer no trabalho é regra: vomitar, ter câimbras, dores em diversos locais do corpo e não faltar. Esta é regra para os trabalhadores e também para os residentes em pequenos municípios, que devido à monocultura não têm outras opções de trabalho. E de tanto “passar mal” naturaliza-se a doença e a fadiga. (SANT’ANA, 2012, 2002)

Frente a condições de tamanha precariedade, a busca por benefícios sociais e outros recursos da assistência social⁸ era uma alternativa muito frequente por parte daqueles que estavam em condições mais críticas, especialmente aqueles que estavam sendo descartados pelo mercado de trabalho local.

A seguir descrevemos a presença desses trabalhadores na política de assistência social, conforme os dados da pesquisa realizada na região de Franca e Ribeirão Preto.

2.2- O vínculo dos trabalhadores rurais assalariados com a política de assistência social

Na pesquisa que teve como foco o usuário da política de assistência, dois elementos importantes se destacam: 1- a precariedade do registro dos profissionais que atendem esse usuário da política, e 2- a grande incidência de trabalhadores rurais vinculados ao setor canavieiro, principalmente em municípios com menos de 20 mil habitantes.

1- Para obter dados mais consistentes foi necessário consultar diversos documentos, conforme mencionado em nossa metodologia, mas ainda assim os dados não são muito exatos no que se refere a ocupação. Nem sempre os dados referentes ao trabalho são devidamente registrados pelos profissionais e quando isso ocorre, muitas vezes, não se constrói o histórico necessário para a percepção das trajetórias desses sujeitos. Para dar maior veracidade aos dados foi feito um cruzamento entre dados quantitativos e qualitativos. Ainda que a pesquisa tenha trazido dados bastante abrangentes sobre a problemática, aqui nos reportaremos apenas a dois desses municípios para que a distorção do dado possa ser devidamente dimensionada.

O município de Jardinópolis possui uma população de 37.661 habitantes e a área total é de 502, 215 km². Dados do IBGE de 2010 mostram que 96% da população residem na área urbana e 4% residem na área rural.

A principal atividade econômica do município está ligada a agricultura com o predomínio da cultura da cana de açúcar, que ocupa 301 km², ou seja, 60% da área total o

⁸ A assistência social é direito de cidadania e compõe a seguridade junto com a saúde e a previdência. No entanto, no imaginário social é recorrente ainda a ideia da assistência como caridade, benesse, portanto algo destinado somente àqueles que estão desprovidos das condições mínimas necessárias a vida. Ainda que essa concepção não esteja superada, a assistência é hoje política pública regulamentada por tal lei e que estabelece os programas e projetos, benefícios e serviços da área. A partir de 2004, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), passa a dividir a oferta dos serviços de assistência social em dois níveis: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Na primeira, são estabelecidos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados em áreas de maior vulnerabilidade social, possuem recorte territorial e são responsáveis pela oferta dos serviços da proteção social básica, que visam a prevenção de situações de risco, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Na PSE, por sua vez, são estabelecidos os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) que têm como objetivo o atendimento das famílias e/ou indivíduos em situação de risco pessoal e social.

município. Segundo os dados do IBGE (2011), o município produz 2.705.562 toneladas de cana de açúcar por ano.

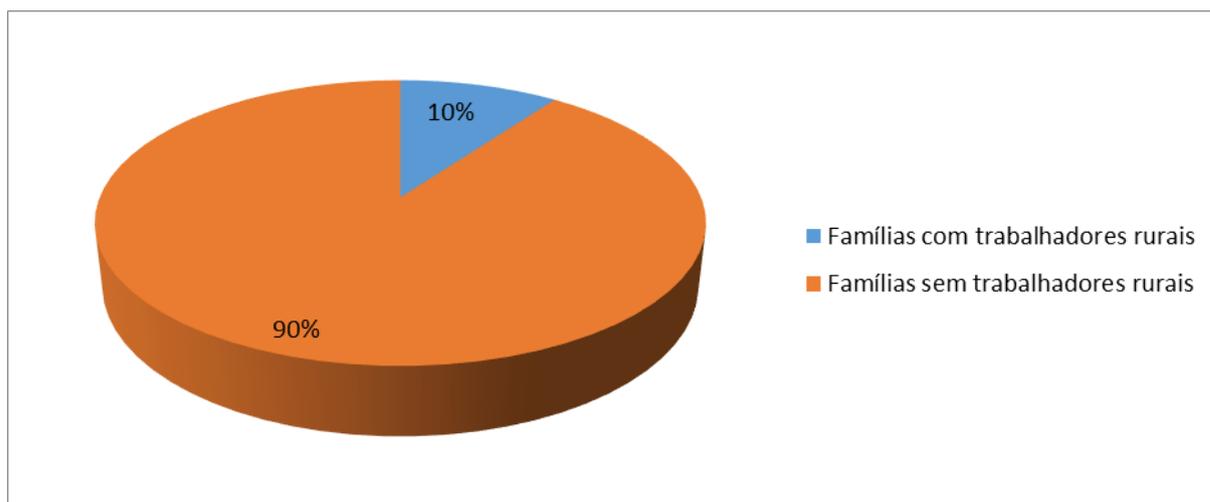
Nesse município foram analisadas 200 fichas do Programa Saúde da Família pois na área da assistência social o município não liberou seus cadastros. Como a inclusão no PSF e o vínculo com a política de assistência social é muito frequente, nesse município, tivemos que fazer uma adaptação do registro. Do total de 200 fichas, não havia registro sobre ocupações laborais anteriores, mas a presença de trabalhador rural foi encontrada em 20 delas, como mostra o gráfico abaixo:

Tabela 2: A presença dos trabalhadores rurais no Programa Saúde da Família no município de Jardinópolis/SP.

Informação sobre a ocupação	Número de fichas
Trabalhador rural	20
Nunca exerceu atividade rural	180

Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 1: Participação dos trabalhadores rurais na Programa de Saúde da Família no município de Jardinópolis/SP.



Fonte: dados da pesquisa

Para melhor analisar os dados de Jardinópolis, a equipe realizou entrevistas com 16 famílias que recebiam o benefício Bolsa Família (portanto, com vínculo direto com a Política de Assistência Social) e que foram ao plantão do Programa Saúde da Família para pesarem seus filhos. Nas abordagens realizadas dentre as 16 famílias, em sete havia ex cortador de cana e, destes apenas dois ainda permaneciam trabalhando em área rural: um como aplicador de veneno e outro como embalador de manga. Dois estavam trabalhando como serventes de pedreiro, um como pedreiro e as duas mulheres, ex cortadoras de cana, estavam desempregadas. No município, segundo os dados quantitativos a presença do trabalhador ou ex trabalhador rural na assistência social é 10%; na pesquisa qualitativa é de 43,7%, dado que ilustra a precariedade dos registros acerca do trabalho exercido pelos usuários nas políticas sociais.

2- No que se refere a grande incidência de trabalhadores rurais como usuários da política de assistência social, isso fica evidenciado no conjunto dos municípios, mas,

principalmente em municípios com menos de 20 mil habitantes cuja economia está voltada para o setor sucroalcooleiro.

Dentre as 1.562 fichas analisadas na pesquisa, 903 não registravam a presença do trabalhador rural. É importante salientar que nas fichas onde não havia dados explícitos sobre ocupação, essas foram tabuladas como não contendo essa informação, no caso, como não tendo trabalhador rural. Caso o registro não fosse tão precário este número cresceria, como se pode observar no caso do município supracitado.

Os trabalhadores rurais aparecem em 366 fichas (23,4%) dos usuários da assistência social, número que sobe para 435 (27,8%) quando somados com as fichas contendo ex trabalhadores. Se forem retiradas as fichas que não tem informação sobre o trabalho, os dados indicam que os trabalhadores rurais somam 32,5% dos usuários da assistência social.

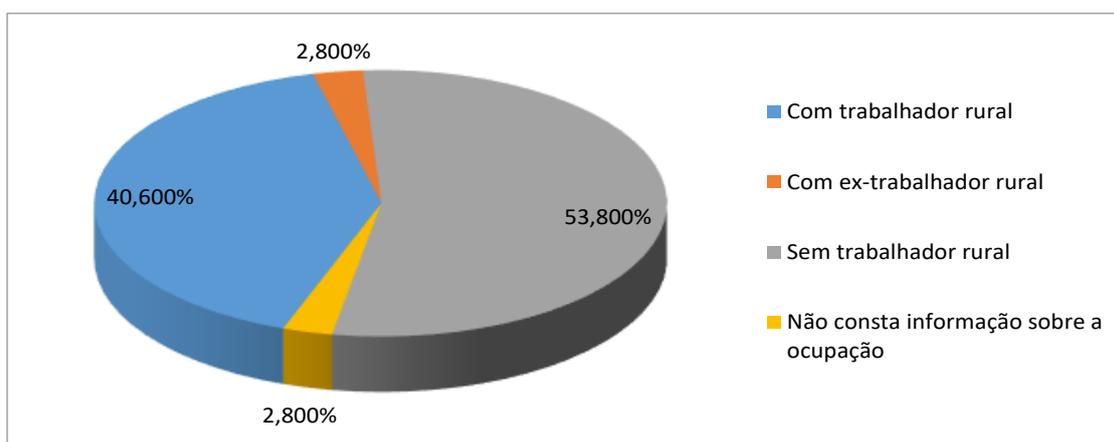
Nos municípios com menos de 20 mil habitantes, a presença dos trabalhadores e ex trabalhadores rurais como usuários da política de assistência social se torna mais evidente, como pode ser visto no gráfico a seguir.

Tabela 3: Participação dos trabalhadores rurais na política de assistência social nos municípios de até 20 mil habitantes.

Com trabalhador rural	Com ex trabalhador rural	Sem trabalhador rural	Não consta informação sobre ocupação
203	14	269	14

Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 2: Participação dos trabalhadores rurais na política de assistência social nos municípios de até 20 mil habitantes.



Fonte: dados da pesquisa.

Foram consultados 100 instrumentais de cinco municípios de até 20 mil habitantes, dois da região administrativa de Ribeirão Preto e três da região administrativa de Franca, portanto, foi analisado um total de 500 fichas. Somando as fichas de trabalhadores rurais (203) com as de ex trabalhadores rurais (14) resultam num total de 43,4% dos usuários da política de assistência.

Nos municípios de até 20 mil habitantes a área rural é quase toda destinada para a cultura da cana de açúcar e as atividades ligadas à agroindústria canavieira passam a ser a única fonte de emprego. Diante da quase ausência de postos de trabalho em área rural devido a monocultura e com um parque industrial reduzido, os municípios de até 20 mil habitantes não oferece possibilidade de trabalho a esse segmento que via de regra possui pouca escolarização. A pobreza e o desemprego levam um grande número de trabalhadores rurais a ser usuários da política de assistência social nestes municípios.

A presença marcante do trabalhador rural na política pública de assistência social em município de pequeno porte é resultado do modelo de desenvolvimento agrário baseado na monocultura que desertifica o campo e utiliza insumos químicos e maquinários como componentes fundamentais do processo produtivo, empregando pouca força de trabalho e, quando o faz, orienta-se fundamentalmente pela lógica do lucro, ainda que o marketing social divulgue exatamente o contrário.

Recorrer à política de assistência social é, pois, condição necessária frente a precarização do trabalho ou a condição permanente de desemprego (SANT'ANA, 2014, p. 741-742).

Ainda que a presença do trabalhador rural seja bastante significativa nos municípios de pequeno porte, na realidade a sua presença marcante como usuários da política de assistência social é comprovada pela pesquisa qualitativa e por depoimentos de assistentes sociais que participaram dessa pesquisa e que confirmaram o que as profissionais da pesquisa anterior já tinham mencionado. Segundo as profissionais de serviço social, 70 % dos usuários da política de assistência social em municípios de até 20 mil habitantes são de famílias de trabalhadores rurais ou ex trabalhadores.

A título de ilustração, trazemos a realidade de do município de São José da Bela Vista, na região de Franca. A pesquisa qualitativa possibilitou o aprofundamento dos dados quantitativos coletados previamente. Nesse município foram analisadas 100 fichas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, 90 delas preenchidas e arquivadas e 10 delas preenchidas quando o usuário foi ao local renovar ou proceder o preenchimento do cadastro, momento em que membros da equipe o abordaram e fizeram questões sobre a ocupação dos indivíduos que compunham a família⁹.

Quando analisadas somente as 90 fichas já preenchidas e arquivadas, se constatou que apenas em oito fichas havia a presença de trabalhador rural na família, enquanto nas outras 82 não havia registro sobre trabalhadores rurais.

Nos 10 instrumentais em que o membro da equipe acompanhou o preenchimento do CadÚnico o dado foi aprofundado à medida que foi possível ouvir o relato dos trabalhadores que buscaram a assistência social. Das 10 entrevistas acompanhadas, sete eram com membros de famílias onde havia a presença de pelo menos um trabalhador rural, ou seja, 70% das fichas contavam com a presença de trabalhador rural.

Este dado foi comprovado nas entrevistas realizadas com as duas assistentes sociais que são responsáveis pela assistência social no município – tanto no CRAS como no Departamento de Promoção Social. Em pesquisa realizada por MOREIRA e ARAÚJO (2012) no mesmo município, as assistentes sociais confirmam as colocações das profissionais entrevistadas em nossa pesquisa de campo.

⁹ Os dados sobre o município de São José da Bela Vista foram discutidos no trabalho de conclusão de curso que teve como título “Sob o Jugo Capital e do Estado: um estudo sobre os trabalhadores rurais e sua inserção na assistência Social no município de São José da Bela Vista-SP”. Autoras: Cristina Alves Moreira e Nicole Barbosa de Araujo, ambas fizeram parte da equipe de pesquisa.

O trabalhador rural, principalmente o cortador de cana, porque assim, o município é bem limitado em termos de mão de obra, então quem não está na lavoura, na prefeitura eles está trabalhando nas fábricas da região: ou no frigorífico da Seara alimentos que pertence a Nuporanga, ou nas fabricas de Franca. Mas o trabalho rural representa a grande maioria. [...]De cada dez, eu diria que sete famílias têm algum membro que é trabalhador rural (assistente social Bethânia, São José da Bela Vista) (MOREIRA;ARAUJO, 2012, p. 63).

É elementar observar que o trabalhador rural era um segmento que representava apenas 8,9% no CadÚnico e, a partir da análise qualitativa, passa a representar 70% do público que busca a política de assistência social do município.

A terceira pesquisa aqui mencionada busca analisar as condições de trabalho em outras fontes de trabalho dos assalariados rurais. A medida que a cana era a principal atividade que empregava trabalhadores rurais da região, quando o processo de mecanização vai se acentuando, um grande contingente de trabalhadores que migravam para a região, deixou de fazê-lo; aqueles que são da região ficaram entre o desemprego, a alternativa de um trabalho urbano e o trabalho ainda mais precarizado nas atividades rurais. Na sequencia discutiremos as opções de trabalho em âmbito rural.

2.3- Outras fontes de trabalho rural

Na pesquisa anterior, três culturas foram mencionadas nos registros das assistentes sociais e nas entrevistas: a citricultura, presente principalmente no município de Araraquara e outros do seu entorno; o café presente no entorno de Altinópolis (região de Ribeirão Preto) Ribeirão Corrente e Pedregulho (região de Franca); a colheita do milho utilizado como sementes pela empresa Monsanto (envolvendo municípios do entorno nas duas regiões mencionadas). A seguir apresentamos os dados das culturas cítricas e do milho, pois a pesquisa sobre o trabalho na cafeicultura ainda não foi realizada.

2.3.1- o trabalho na cultura citrícola

Na citricultura, as entrevistas foram realizadas no município de Itápolis – SP que pertence região administrativa central do Estado de São Paulo, com população segundo dados do IBGE em 2014 de 42,135 mil habitantes.

A situação vivenciada pelos trabalhadores da cultura citrícola evidencia níveis extremos de exploração, os quais são identificados não apenas na remuneração e na intensidade do trabalho, mas também nos mecanismos criados para burlar seus direitos trabalhistas. Grande parte dos trabalhadores é contratada pelo que denominam de “Condomínios”, que vieram a substituir as falsas cooperativas da década de 1990. Na realidade a formação dos consórcios de produtores que juntos administrariam a contratação coletiva dos trabalhadores, elegendo para tal um representante legal, era uma proposta que resultava em ganhos para os trabalhadores e para os produtores. Mas, rapidamente esse mecanismo de contratação foi apropriado por aqueles que, na década de 1980, montavam as falsas cooperativas e o resultado foi que, amparados em subterfúgios legais, foram constituídos novos mecanismos de violação dos direitos dos trabalhadores¹⁰.

¹⁰Farias, 2013, fez um estudo aprofundado sobre o complexo agroindustrial citrícola e as relações de trabalho e permitiu a apreensão de um amplo espectro de questões que envolvem o trabalho nessa cultura. A esse respeito Cf: FARIAS,L.F.C. Agronegócio e luta de Classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista. Campinas. Unicamp, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/code=000906810>.

Outra forma de contratação que tem se ampliado e que tem a aparência de ser vantajosa para o trabalhador, são aquelas em que o trabalhador se torna pessoa jurídica para realizar um contrato de prestação de serviço. Um dos nossos entrevistados descreve como é o processo:

eu recebo por semana , eu ganho um real e cinco por caixa de laranja, você entendeu? É um pouco a mais que a média, porque quando você está registrado, você tem o décimo terceiro, você tem fundo de garantia, você tem acerto de contas, você tem tudo. Aí sai uma média de cinquenta e oito, sessenta centavos, você entendeu como é que é. Então como eu recebo um real e cinco eu não tenho direito a nada disse. Nem décimo terceiro, nem fundo de garantia, nem os sete dias de aviso, eu não tenho nada disso aí. Se é dia de chuva não paga, feriado eles não paga, eu não recebo nada disso. Só o dia que eu trabalho, essa base eu só recebo o dia que eu trabalho. [...] Todo mundo que trabalha no barracão é desse jeito (trabalhador entrevistado- A).

A precarização das relações de trabalho é algo bastante evidente na cultura citrícola. O apanhador de frutos da citricultura predominantemente recebe, por produção, o que faz com que esse trabalhador realize um esforço muito grande para atingir a produtividade média e continuar sendo chamado para o trabalho, como também para auferir maiores rendimentos. O resultado dessa forma de remuneração é uma intensificação do trabalho em busca de maior rendimento e o acirramento da competição entre os trabalhadores.

Um dos nossos entrevistados assim descreveu seu dia de trabalho:

Na laranja a gente tem uma hora e meia de descanso, de almoço, tem que ter. [...] As vezes quando o ônibus quebra, tem que fazer, então já de sábado não vai, que é para arrumar o ônibus. Mas a maior parte dos sábados a gente vai até as 11 horas. Saio de casa as 5 da manhã. Não tem hora de descanso, só das onze e meia a meio dia e meio. Sete horas da noite nós chega em casa. [...] Ganha hora itinere, mas é muito pouco..(trabalhador entrevistado A)

A laranja, o limão e outras culturas cítricas plantadas em forma de monoculturas exigem utilização intensa de agrotóxicos no controle das pragas. Os trabalhadores na década de 1980 lutaram muito para assegurar algumas normas de segurança nessa área, mas a partir da década de 1990, com a fragilização dos vínculos trabalhistas, acabaram perdendo capacidade de mobilização, o que faz com as firmas desrespeitem tais normas e os exponham a grandes cargas de veneno em meio as plantações. O líder sindical descreve uma situação vivenciada por um trabalhador que lhe pediu auxílio:

Eles estavam trabalhando e em volta deles estavam passando veneno, aí ela me ligou, pedi pro rapaz mais próximo do sindicato de lá que é o Rafael de Duartina, que é próximo lá fazer uma visita lá pra coibir essa prática deles junto com o Ministério do Trabalho [...] me ligou de lá dizendo que estavam tomando banho de veneno [...] ela saiu de lá toda queimando, o que que era, era enxofre que estava passando. Aí eles (empresa) fala que enxofre não tem problema, pode passar no trabalhador. Se mata a praga da laranja não vai intoxicar a pessoa? É enxofre, enxofre queima a pele. Então isso existe e não é pouco [...] (representante sindical entrevistado).

Um dos trabalhadores entrevistados descreveu situação semelhante:

Então é com trator que eles (tratorista) passa. Só que é assim: é proibido vocês estar trabalhando aqui, nessa tabela aqui..eles está passando aqui, n/é? Nessa tabela aqui e na outra... é proibido isso aí. Era proibido, só que eles não estão nem aí não! Hoje não tão passando, mas o ano retrasado que eu trabalhei na Branco Peres, nós estava trabalhando nesse.. aqui eles estavam passando. Inclusive foi três que passou mal, três passou mal e foi parar no hospital, eu sei porque quando passa, conforme o

trator joga, faz aquela nuvem. É, e joga, e já tem aquele negócio pra jogar para espalhar mesmo, né? Conforme o vento vai, onde vai caindo aquele serenizinho, três passaram mal. Aí vieram na cidade. O empreiteiro pegou na fazenda, aí pegou e levou pro ponto socorro, né? Aí chegou lá, ficaram o dia inteiro tomando soro e fazendo aquela inalação que fala.... Tudo isso aí, Os pomar, os pé de laranja está tudo lotado de veneno mesmo. E tinha pé que você olha assim, o pé estava branco de veneno, e tinha que colher aquele pé. Dá pra ve o veneno, enxergando o pé branco assim. Principalmente a hora que descarrega a máquina, na hora que termina aquele..então, descarrega tudo ali, aquele negócio, tipo um leite branco assim, e gruda tudo nó pé da laranja, na folha e aí um cheiro forte.. cheiro de enxofre assim.. cheiro forte que você não aguenta mais, o veneno é diretão mesmo, não adianta. Vai reclamar, vai reclamar, o que? Voce já viu mais pequeno bater no mais grande? Chega e apanha, né, sempre apanha! Então, ele não está nem aí não, a gente tem que passar no veneno, já tem um negocinho mais ou menos assim: tem uma torneirinha de agua aqui e outra ali, aí você tem que passar a mão ali... porque é a agua que tem veneno, se tem que passar, meter a mão dentro ali, chacoalhar as duas mão, uma aqui, outra aqui. Que é para molhar a mão, você tem que passar. A gente passa dentro do veneno pra dentro do veneno e as mão você passa aqui...[...] Lá a maquininha você vai passar ali, apertou um botãozinho aqui, a agua já sai, já sai tudo ali, então, você só passa a mão e põe a mão ali. Não dão o banho inteiro não, mas eles darem uma esguichadinha na gente já teve. (trabalhador rural entrevistado)

Além da exposição aos venenos, o processo laboral traz riscos e desgaste eminentes a saúde dos trabalhadores. Diversos estudos sobre a citricultura problematizam essa questão:

“Na colheita manual há três fatores principais de sobrecarga e de acidentes para o trabalhador: repetitividade, carregamento e levantamento de peso. A repetitividade é caracterizada pela repetição de ciclos curtos de ações de trabalho, com pouca variedade de tarefas, o que predispões ao aumento de erros e acidentes, por tornar o trabalho monótono e automático. Na colheita manual o colhedor adota repetitivamente posturas corporais distintas e uso de movimento de precisão que potencialmente o expõe a riscos de acidentes e lesões osteomusculares. [...] A frequência de despejo e o deslocamento do colhedor geram uma maior sobrecarga tanto em membros inferiores, quanto em membros superiores, já que ocorre o carregamento da sacola durante o percurso. O modo operatório utilizado pelo colhedor e, conseqüentemente, seu gasto energético e fadiga estão condicionados à forma como o empreiteiro organiza o eito. Ou seja, um eito grande acarretará em um maior deslocamento, fadiga e gasto energético, fazendo com que o colhedor, para amenizar esse desgaste, encha mais a sacola com frutos a fim de reduzir a frequência do despejo. Como o carregamento de peso acontece em todas as atividades do ciclo, seja da sacola de 27,2 kg ou da escada de 15 kg, a redução do tempo gasto no transporte delas é benéfica para os colhedores ao fim da jornada, uma vez que essa atividade, somada ao levantamento de peso na apanha dos frutos do chão e no descarregamento da sacola, predispõe ao desenvolvimento de lesões, principalmente da coluna. [...] Outra fonte de repetitividade, acidentes e disfunções está presente na etapa de subida e descida da escada para a colheita dos frutos, gerando desgaste físico intenso, fadiga e dores musculares devido ao acúmulo de ácido lático. Essa situação é agravada pelo peso da sacola no ombro, em apenas um lado do corpo, o que leva a um deslocamento do centro de gravidade e predispõe a quedas, principalmente durante o alcance dos frutos mais longínquos, em que o colhedor utiliza de movimentos de grande amplitude, sem ter ao dispor equipamentos de segurança que garantam seu equilíbrio na escada” (Costa e Camarotto, 2010 apud Farias,2013. 174.

Na pesquisa de campo realizada no município de Itapolis tanto o trabalhador quanto o líder sindical falaram a respeito. Na sequencia, o depoimento do trabalhador rural:

Já caí, mas um tombinho pequeno.. mas já vi um colega meu, uma época caiu que caiu já desmaiado no chão. Ah era alto, era alto e ele era meio gordo, meio pesado,

cai já desmaiado. Bom nós achava que tinha morrido o bichinho. Só babava e aquele zóião branquelão, ah o filha da puta morreu né. Aí o empreiteiro chegou e ligou pro hospital, fica o dia inteiro internado. Até hoje não voltou mais trabalhar na laranja mais. Ele quis sair. Ele ficou afastado um ano afastado. Ele ficou afastado um ano, aí depois na outra safra ele voltou de volta, aí quando foi no final da safra entre agosto mesmo ele pegou e saiu da laranja, e falou não quero mais. Nunca mais voltou, já faz uns três anos acho que ele não voltou.[...] nesse ano mesmo, nessa safra agora mesmo tem um colega meu que foi puxar uma laranja com o gancho e o gancho escapou e veio na barriga dele, tá afastado até hoje. Machucou tudo por dentro, tocou abrir ele inteirinho, tocou fazer uma operação nele. Ele puxou a laranja com um gancho de bambu sabe. E aí se põe o ferro dobrado em cima, você amarra com a borracha, que é pra você puxar aquela laranja que fica lá no meio do pé, ou às vezes chacalhar o pé também né. que nem nós estava chacalhando esses dias atrás. Escapou, com forme ele puxou lá, ele puxou acho que meio com força, e colocou o gancho na frente dele assim né. Ele puxou aqui, no qual ele puxou veio no peito dele, foi na hora que machucou. Tocou operar (trabalhador rural entrevistado,B).

O líder sindical afirmou que e acidentes são bastante frequentes e muito são graves, levando os trabalhadores a óbito. O processo de trabalho, conforme já descrito, envolve grande esforço físico e o manuseio de instrumentos que podem provocar o acidente como é o caso do gancho utilizado pelos trabalhadores para colher os frutos que ficam no alto das árvores. Ele relata dois casos de óbito que acompanhou pessoalmente:

O gancho veio na virilha deste trabalhador, porque é assim ó você pega o gancho em torno de uns três metros de comprimento, e é um bambu de verdade. Então você põe o gancho de ferro na ponta do bambu, amarra ele com elástico ou arame, pra poder tirar a laranja que está na ponta, quando você vais cortar o pomar, a empresa aceita que ponha o gancho... Então, o trabalhador em vez de subir na escada, ele chaqualha o pé de laranja com o gancho, enrosca num galho e puxa. E, quando puxa a laranja, muitas vezes, escapa o galho, lasca o galho e, então o trabalhador faz força para puxar, puxa em direção ao seu peito, em direção a sua barriga. E esse puxou com força e veio na virilha dele e pegou a veia da virilha dele. A noite ele foi parar no hospital, passou mal, chegou em casa, tudo normal, as pessoas viram que tinha se machucado. Aí, no outro dia, não aguentou trabalhar. A irmã dele, não a vizinha, veio falar para mim. Eu fui visitar ele no hospital. Ele foi para o quarto, tomou um remédio e voltou para casa. Passou mal, voltou e foi para a UTI, teve que operar porque o gancho pegou muito forte na virilha dele, pegou na veia e estava dando trombose na perna, roxeando a perna inteira. Fui visitar ele, ofereci ajuda da entidade sindical porque eu falei: você precisa ver seus direitos. Se eu não me engano, ele trabalhava para a LDC. Aí ele voltou pra casa feita a cirurgia. Depois eu fiquei sabendo que ele morreu, deu hemorragia... isso chama embolia pulmonar, é um coágulo que sobe, desloca a vem para o coração e entope, mata a pessoa. É um acidente de trabalho, agora a família até então, eu ofereci ajuda, não posso fazer nada se a família não quer. Existe aí um direito do trabalhador, indenização e tudo isso, porque ele morreu de acidente de trabalho, e eu tenho que a empresa não indeniza se não tiver advogado. [...] Teve outro caso aqui que eu acompanhei que a mulher caiu da escada, a escada rodou e fui lá tirei foto do pé de laranja, das alturas junto com o marido da mulher. A mulher foi para Araraquara, ficou internada e faleceu. Ficou numa cama na casa dela, fui fazer a visita mas acabou falecendo também. Eles eram de Tabatinga. Então, são vários caso que você nem imagina. Além de pequenos acidentes que tem, se você for ver, eu posso mostrar pra você os pomares que o tatu cavuca, eles roçam e fica matinho por cima. A pessoa não vê, está com a sacola no pescoço carregada, enfia o pé ali e pronto, está feita a torção. Muito deles nem no hospital, ficam tomando antibiótico, antiinflamatório, passa a dor. Depois mais para frente é que vem o problema.. (líder sindical da região de Araraquara)

Relatos como esses mostram o precário atendimento realizado aos trabalhadores acidentados e o descaso daqueles que contratam no sentido de viabilizar assistência em caso de acidente. Mas mostra também o quanto o trabalho nessa cultura é insalubre e perigoso.

A precarização das relações de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores da laranja e os agravamentos causados à saúde dos mesmos ficaram bastante evidentes. Esses adoecimentos são provenientes da exploração, flexibilização dos direitos trabalhistas, terceirização, contratação somente nos períodos de safra.

Nos registros da política de assistência social é comum a menção a esse trabalho temporário durante a safra. A precária remuneração faz com que esse trabalhador no período posterior a safra recorra a política assistencial no sentido de viabilizar, mesmo que minimamente, sua reprodução social.

2.3.2- O trabalho nos milharais

A pesquisa nos milharais da Monsanto foi feita no município de Ipuã – SP que pertence a região de Franca, mas que possui plantações em diversos municípios do entorno, incluindo também alguns da região administrativa central, próximo a Ribeirão Preto. Também nessa cultura a precarização do trabalho é bastante evidente.

Nas entrevistas realizadas com aqueles que possuíam vínculo formal com a empresa pode-se perceber que os trabalhadores ficaram bastante receosos de relatarem as condições de trabalho. Falaram mais livremente aquelas que eram ex trabalhadoras.

Duas situações ficaram bastante evidentes nessa cultura: aqueles que são contratados diretamente acessam aos direitos trabalhistas; aqueles que são contratados pela firma terceirizada via de regra tem seus direitos trabalhistas burlados e, estes geralmente são aqueles que atuam em área rural.

A firma terceirizada segundo os trabalhadores é da própria Monsanto, mas o representante legal da empresa faz uma fala confusa que não evidencia esse processo de terceirização:

A própria Monsanto, na verdade nós temos uma empresa, né? que ela presta serviço para a Monsanto, que ela faz o gerenciamento de folha, de acompanhamento e tal, mas eles são registrados em nome da Monsanto. No campo não existe terceirização nesse processo de atividade fim [...] porque o conceito de terceirização não cabe nesse processo. (Gerente da empresa Monsanto)

Na realidade, um pequeno número de trabalhadores que atua durante todo o ano é contratado pela empresa; outros são contratados pelos empreiteiros que prestam serviço para a firma, principalmente no período das colheitas.

Os empreiteiros contratam alguns trabalhadores fixos e fazem o contrato formal de trabalho, os outros trabalham na informalidade. Eles são contratados principalmente nas colheitas, mas podem ficar longos períodos sem ter regularizado seus direitos trabalhistas. Nestas firmas terceirizadas as irregularidades parecem ser muito frequentes.

Até 5 anos atrás todos os trabalhadores que apanhavam milho trabalhavam na absoluta informalidade. Agora, devido a fiscalização, a orientação é que pelo menos metade da turma seja registrada; a outra metade permanece na informalidade.

A transcrição da entrevista abaixo mostra a realidade vivenciada pelos trabalhadores:

Ex trabalhadora: Não, não era todo mundo registrado não. Aí depois no finalzinho, bem agora no finalzinho. Eu já tinha até parado, uns cinco anos seis ano pra cá que eles tá exigindo registrância. Eles tão falando que pra 15 pessoas é obrigado a fazer

pelo menos um contrato, mas antigamente não era não.

Pesquisadora:Então quer dizer, que quando você trabalhou você não tinha registro?

Ex trabalhadora Não.

Pesquisadora: E se sofria um acidente, ou alguma coisa, como que fazia?

Ex trabalhadora : Aí eles corria, registrava né. Ou se não fosse nada muito grave, ele assumia os remédio, pagava os dia que você tivesse que ficar em casa, tipo se fosse, tipo sim caia num buraco de tatu, ou sofreu uma extorsão vou ter que ficar 15 dias de repouso, ele pagava os remédios, pagava seus dias, sua diária normal com quem você estivesse trabalhando, normal só que chama a tal da forma terceirizada é, porque o serviço não era dele né. Ele pagava terceirizado, ele pega por hectare, que eu nem sei se pega mais, porque oh quantos anos já tem que eu parei de fazer esse serviço. Ele pagava por hectare.

O trabalho na colheita do milho é bastante desgastante, requer esforço repetitivo e contínuo. O trabalho rural é realizado em condições insalubres pois é sob o sol e com riscos de contato com animais peçonhentos. Vários depoimentos evidenciaram esse processo:

É difícil porque...porque vários campos não tem limpeza, sabe? nós entre nele do jeitinho que é...é sujo, cheio de mato, de cobra, é sabe, é buraco de tatu, né? então...o sol, o sol muito quente, chega na hora do almoço você não tem fome porque o sol desgasta muito a gente, você já não tem aquela fome, um pouquinho que você para você quer descansar, entendeu? você já não tem fome mais, né? você quer descansar naquele horário. (trabalhadora rural entrevistada- A).

Mas antes era por semana toda semana eu recebia duzentos e dez. Mas agora como eu tô afastada que eu cascava milho, eu tô com problema no braço e no ombro da atividade de cascar milho. Porque horário, começa cinco e meia no escuro começa cinco e meia seis horas e só para pra ir no banheiro, ai depois do meio dia você para almoça no ônibus e vai embora. Ai comecei sentir problema no braço doendo, começava reclamar que doía ai eu passei pelos médicos e ele disse pra eu afastar por tempo indeterminado por tudo indica pelos exames que eu vou operar da mão e do ombro.(trabalhador rural D).

A colheita é feita de maneira a que trabalhadores tenham que fazer o controle sobre o outro trabalhador, pois a remuneração é calculada de maneira coletiva. Cada turma tem que encher um caminhão com as espigas de milho e para isso possui um tempo determinado pela firma. Uma trabalhadora descreve esse processo:

Porque ninguém pode sair do meio da roça sem o outro companheiro, entendeu? Se eu acabar a minha tarefa eu tenho que buscar ela pra terminar a dela. (trabalhadora rural entrevistada- A.)

Eles tem que levar as turmas, colocar os fiscal pra fiscalizar que é da turma mesmo, eles veja os melhores da turma tipo assim: não aquele ali é bom de pendão, ele quase não deixa, então ele vai ser bom para olhar o serviço do outro, entendeu? Então coloca pra olhar, aí tem uma meta, né? (trabalhadora rural entrevistada,C).

Os trabalhadores que atuam na colheita do milho não possuem nenhuma informação sobre os agrotóxicos utilizados ou mesmo o fato do milho ser transgênico e os possíveis riscos a sua saúde. Numa das entrevistas com um trabalhador ainda vinculado a empresa, ele disse nunca ter tido problema de saúde, mas sua esposa relatou que recentemente o mesmo havia sido hospitalizado devido ao mal estar gerado pela atividade laboral. O trabalhador, no entanto, ficou bravo com a esposa e disse que sobre isso não tinha nada a declarar.

Considerações Finais

O trabalho assalariado na cadeia produtiva do açúcar e álcool já foi amplamente discutido e evidencia as condições extremas de precarização e adoecimento a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. A substituição desses trabalhadores por máquinas na colheita foi resultado muito mais de cálculos econômicos do que real preocupação do capital para com os trabalhadores, afinal, essa força de trabalho pode ser facilmente substituída.

Ora, com a área rural praticamente tomada pelas grandes plantações de cana, aqueles que trabalham em área rural ficam praticamente sem opção de emprego quando são descartados pela agroindústria canavieira. As poucas opções de trabalhos que seguem na região de Franca e Ribeirão Preto também estão vinculadas a atividades do agronegócio e, novamente a situação de precariedade e adoecimento no trabalho se repetem. Isso foi constatado nas atividades desenvolvidas junto ao setor citrícola e também na colheita manual do milho cultivado para plantio e de propriedade da Monsanto. Velhos e tradicionais mecanismos são utilizados para burlar os direitos dos trabalhadores, como pro exemplo, terceirização de atividades fins ou mesmo o trabalho sem vínculo empregatício, na absoluta informalidade..

A consequência desse processo é o Estado assumir parte da reprodução da família desses trabalhadores pela via das políticas públicas sociais, em especial a política de assistência social, responsável pelos programas de transferência de renda.

Os custos do agronegócio, são portanto, socializados com a sociedade e aos trabalhadores rurais assalariados cabe permanecer em péssimas condições de vida e trabalho.

E a esse processo se dá o nome de modernidade: a modernidade do agronegócio ou do capital que nada traz de melhorias para aqueles que vivem do trabalho, aliás, pelo contrário, lhes retira a dignidade e a cidadania!

REFERÊNCIAS

ALVES, F. Processo de Trabalho e Danos à Saúde dos Cortadores de Cana. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.3, n.2, Artigo 2, abr./ agosto. 2008

BARBOSA, G.R. **Os consórcios de produtores rurais no complexo agroindustrial:** das gatoperativas aos gatosórcios - a velha forma de contratação de mão de obra rural. São Carlos. UFSCAR. Disponível em:

http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/1/TDE-2008-05-05T11:06:30Z-1805/Publico/1740.pdf. Acesso em: 13 de junho de 2014.

MACEDO, I. C. Situação atual e perspectivas do etanol. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 157-165, Apr. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de março de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **NR 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.** Disponível em:

<[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR-31\(atualizada\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR-31(atualizada).pdf)>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

MOREIRA, C. A.; ARAUJO, N. B. de. **SOB O JUGO DO CAPITAL E DO ESTADO:** Um estudo sobre os trabalhadores rurais e sua inserção na assistência social no município de São José da Bela Vista – SP. 2012. 113f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

SANT'ANA, R. S. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 723-745, Dec. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

_____. **Trabalho bruto no canavial:** questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.